Hilário Franklin

Advogado
Professora Venina Corrêa Torres, 230 sala 609
Centro – Nova Iguaçu – RJ – 26221-200
212667-3956/ 9640-80203/98138-0604
intimacaojuridicohf@gmail.com

PROCURAÇÃO APÓS A MORTE: UM ATO QUE NUNCA EXISTIU

Na advocacia, há situações em que o próprio tempo revela a verdade. Uma delas é a outorga de procuração por alguém que já faleceu.

Mesmo que a escritura pareça perfeita, mesmo que o cartório tenha lavrado o ato e o imóvel tenha sido transferido — se a pessoa que supostamente assinou já era falecida, estamos diante de algo mais grave que uma fraude: um ato inexistente.

Nenhum negócio jurídico sobrevive à ausência de um dos seus elementos essenciais: a capacidade do outorgante.

Nenhum registro público protege a má-fé, nem a aparência pode se sobrepor à verdade dos fatos.

Nestes casos, a lei é clara: não há convalidação possível.

Não é apenas nulo. É juridicamente inexistente.

E onde não há validade, não pode haver propriedade.

A advocacia, mais do que proteger papéis, protege vidas, memórias e direitos. Estamos aqui para garantir que o que é justo não seja esquecido, mesmo que tenham tentado apagar.

Hilário Franklin, Advogado